

REPRESENTAÇÕES LINGUÍSTICAS DE ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA ACERCA DO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA

Camila Souza de Andrade
Mestrado/UFF

Orientadora: Telma Cristina de Almeida Silva Pereira

Introdução

O presente artigo consiste em uma abordagem teórica das principais ideias de um projeto de mestrado, em andamento, que investiga as representações linguísticas associadas ao ensino de língua inglesa (doravante LI) em uma escola pública de Niterói. Esta pesquisa está inserida na linha 3 de pesquisa intitulada História, política e contato linguístico do programa de pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF) e está sendo desenvolvida no âmbito do Laboratório de Pesquisas em Contato Linguístico (LABPEC).

No Brasil, há um grande contrassenso quando pensado no ensino de LI, visto que ao mesmo tempo em que a sociedade valoriza o conhecimento do idioma ela também desvaloriza o ensino do mesmo na escola regular. No entanto, acreditamos que é possível melhorar essa realidade se as políticas educacionais forem confeccionadas levando em consideração as representações linguísticas dos alunos. Diante disso, essa pesquisa tem como objetivo analisar as representações linguísticas de alunos do ensino médio de uma escola pública sobre o processo de ensino-aprendizagem de LI.

A língua inglesa: sua expansão, importância e ensino

A expansão da LI não é algo recente ela acontece desde o século XVI. Uma língua se torna mundial pelo poder das pessoas que a falam (Crystal, 2005). No caso do inglês o autor destaca quatro poderes: o político, tecnológico, econômico e cultural. O poder político emergiu sob forma de colonialismo o que contribuiu para a expansão da língua desde o século XVI. No que concerne ao poder tecnológico, a Revolução

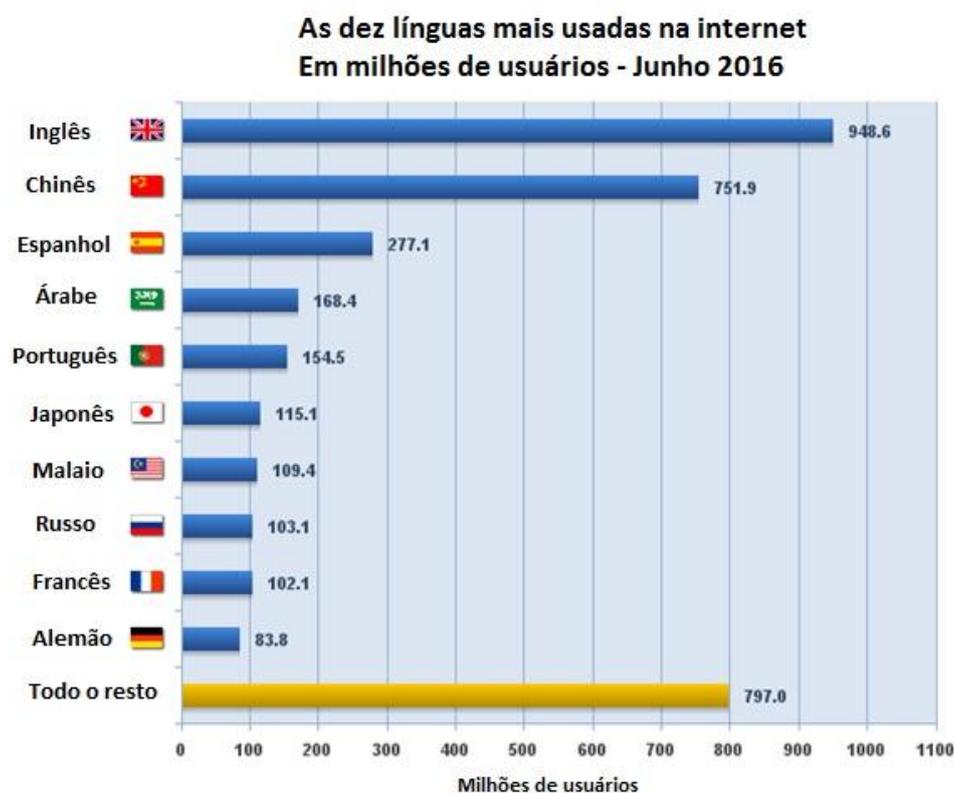
Industrial dos séculos XVIII e XIX contribuiu para a disseminação da LI visto que mais da metade dos cientistas e inventores trabalhavam usando o inglês. No século XIX, teve o crescimento do poder econômico dos Estados Unidos ultrapassando a Grã-Bretanha e, além disso, teve o espantoso crescimento de sua população e como consequência, o aumento do número de falantes no mundo. E por último, o autor destaca que no século XX teve a efetivação do quarto poder, o cultural.

Atualmente, a LI é considerada a língua para a comunicação global e com isso tem recebido várias denominações, a saber: língua franca, língua global, língua internacional, língua dos países anglófonos. Seguindo essa mesma diretriz Rajagopalan (2005, p.135), afirma que “a língua inglesa se encontra profundamente estabelecida como a língua-padrão do mundo, como parte intrínseca da revolução global das comunicações”. Com a globalização aprender esse idioma se tornou uma necessidade básica para profissionais de diversas áreas de atuação. Seguindo essa diretriz, a aprendizagem da LI significa melhores condições de avanços pessoais e profissionais nesse mundo em constante mudança tecnológica.

Breton (2005) afirma que o inglês está presente em todos os lugares do mundo. A LI está cada vez mais presente no nosso cotidiano e não somente em assuntos profissionais, mas também nos momentos de lazer. O inglês está presente nas músicas, nos filmes, nas séries, nos jogos de vídeo game, nas redes sociais e, também em algumas palavras como, por exemplo: *fashion*, *home theater*, *drink* que usamos com frequência e nem nos damos conta que estamos fazendo uso de palavras de origem inglesa. Em complemento, uma recente pesquisa sobre as línguas mais utilizadas na internet aponta que o inglês é o idioma mais usado no mundo virtual como podemos observar no gráfico¹ a seguir.

¹ Tradução da autora do original em inglês disponível em: <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>

Figural: Internet world users by language



Fonte: Internet Word Stats

Ademais, Leffa (2001) afirma que a língua estrangeira (de agora em diante LE) mais estudada no mundo é a LI. O autor destaca alguns fatores que contribuem para isso, como por exemplo: o fato da LI ser falada por mais de um bilhão e meio de pessoas, do idioma ser usado em mais de 70% das publicações científicas e por último o autor destaca o fato da LI ser a língua das organizações internacionais.

Porém, apesar da LI ser a língua mais estudada no mundo, no Brasil, o ensino deste idioma nas escolas regulares não é vista de forma eficaz. Há muito tempo, o ensino de LI nas escolas brasileiras têm sido alvo de críticas e desprestígio. Moita Lopes (1996) assegura que o campo de ensino de LE tem sido vítima de mitos que são oriundos da falta de reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem de línguas. É comum ouvir as frases “não se aprende inglês na escola regular”, “para aprender inglês tem que fazer curso por fora” ou “para aprender a língua inglesa tem que fazer intercâmbio” de vários alunos e até mesmo de alguns professores.

A desvalorização da disciplina de LI frente às demais é um fator que contribui para os alunos acreditarem que é impossível aprender uma LE na escola (Drumon, 2013). A autora salienta que a visão equivocada que a LI seja de importância relativa e

que tenha uma carga horária reduzida são fatores que contribuem para o senso comum que não se aprende inglês no espaço escolar.

Com base nas informações acerca da relevância do inglês no mundo, podemos salientar que o ensino de LI na escola regular é de suma importância, pois contribuirá para o desenvolvimento cultural e pessoal do aluno, além de torná-lo apto para oportunidades profissionais. Sendo assim, é necessário que se investigue as representações linguísticas dos alunos, pois acreditamos que é possível melhorar o ensino de LI no âmbito escolar se as políticas educacionais forem confeccionadas levando em consideração as representações dos alunos.

Representações e políticas linguísticas: abordagens teóricas

Esta pesquisa se baseia em dois aspectos principais: o de representação linguística e do de política linguística.

O termo representação foi criado na psicologia social com o intuito de investigar as construções coletivas de significados, gerando assim o termo representação sociais. Conforme Jodelet as representações sociais podem ser definidas como:

uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico (JODELET,2001,p.22).

As representações sociais, conforme Moscovici (2005) surgem da interação humana entre duas ou mais pessoas. Considerando que as representações se constroem em um ambiente social e interativo, em um ambiente de aprendizado podemos afirmar que as representações podem não representar unicamente o pensamento do aluno, mas também o pensamento daqueles que compartilham o mesmo meio social que ele.

Conforme Castelloti e Moore (2002), a noção de representação está cada vez mais ligada aos estudos linguísticos, sua apropriação e transmissão. Neste caso, a representação pode ser o que os locutores fazem acerca das línguas, de suas normas, de suas características e de seus status, influenciando as estratégias que envolvem o uso e o aprendizado.

As representações linguísticas podem ser definidas como um conjunto de saberes sociais que são compartilhados e relativos à língua. Reforçando essa ideia, Rodrigues afirma que:

As representações linguísticas são então constituídas pelo conjunto das imagens, das posições ideológicas, das crenças que têm os grupos sociais a respeito das línguas e das práticas linguísticas, suas e dos outros. Elas correspondem a tudo aquilo que os locutores dizem ou pensam das línguas que falam (ou da maneira como falam) ou das que os outros falam (ou do modo como falam) (RODRIGUES, 2012, p.365).

Calvet (2004) distingue as representações linguísticas em duas categorias, a saber: as práticas e as representações. Segundo o autor, as práticas são o que os falantes produzem, ou seja, a maneira de falar e também o jeito que utilizam para falar e para adaptar suas práticas às situações de comunicação. Já as representações linguísticas se referem a maneira em que os falantes pensam sobre as práticas e como se situam em respeito a outros falantes e às outras práticas. Seguindo essa mesma diretriz, Beacco&Byran (2003 *apud* PetitJean, 2009, p.42) alertam que os cidadãos agem em função de representações sociais das línguas. Eles postulam também que representação social é um conhecimento espontâneo que é socialmente elaborado e partilhado em relação a um objeto.

As representações linguísticas não correspondem necessariamente a uma realidade objetiva, mas apontam para as práticas linguísticas (Costa e Pereira, 2012). De maneira convergente, Calvet (2002) ressalta que a relação do falante com uma determinada cultura tende a motivar na aquisição ou adoção de uma outra língua. Isto é, uma relação positiva com determinada cultura poderá motivar a aquisição de uma determinada língua ao invés de outra. Considerando o contexto da educação básica e as perspectivas abordadas, a representação linguística poderá influenciar nas práticas dos alunos durante o processo de aprendizagem de LI.

O segundo aspecto principal mencionado no início desse trabalho é o de política linguística. A política linguística como disciplina nasceu na segunda metade do século XX e está associada a mudanças políticas que levaram a alterações no estatuto de diversas comunidades linguísticas (Calvet, 2007). O autor ainda define a política

linguística como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade”. Paralelamente, Rajagopalan afirma que política linguística é:

a arte de conduzir a governança ou administração de assuntos públicos de um estado, a política linguística é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores (RAJAGOPALAN, 2013b, p.21).

No que tange a política educacional do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é o documento que declara obrigatório o ensino de LE a partir do segundo segmento do ensino fundamental. Segundo Nascimento & Savedra (2015), as práticas pedagógicas estão pré-estabelecidas pela política linguística nacional através da LDB. Em complemento a LDB foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que destacam que a aprendizagem de LE é um direito de todos os cidadãos. Com base nessas informações, possibilitar o ensino-aprendizagem de LE não faz parte de uma atividade extracurricular, mas de uma obrigação das instituições de ensino (BRASIL, 1998; BRASIL, 1999).

No que concerne ao ensino médio, os PCNs têm por objetivo que o ensino da LE seja feito de maneira que possa contribuir para a formação do aluno como cidadão. Cabe aqui destacar que os PCNs de LE para o ensino médio cita o aprendizado de mecanismos de produção oral, mas não o impõe, possibilitando o risco de substituição pela produção escrita e leitura ou de ambas.

Reforçando essa ideia, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) sugerem que o trabalho com a LE seja pautado não somente no ensino do idioma, mas também para o desenvolvimento e formação do aluno como pessoa ao abordar que “o valor educacional da aprendizagem de uma língua estrangeira vai muito além de meramente capacitar o aprendiz a usar uma determinada língua estrangeira para fins comunicativos.” (BRASIL, 2006, p.92). Cabe aqui destacar que as OCEM foram confeccionadas com o intuito de atualizar as discussões pertinentes à educação brasileira e elas preveem um ensino de LE que contemple as quatro habilidades de comunicação a serem desenvolvidas ao longo dos três anos, que são: a fala, a compreensão auditiva, a leitura e a escrita.

Nascimento e Savedra, ao relacionar questões da política linguística com ensino de línguas estrangeiras, afirmam que:

Incluir ou retirar o ensino de línguas do ensino público; torná-las obrigatórias ou opcionais, passíveis ou não de retenção; defini-las a priori ou deixá-las à escolha da comunidade; adotar ou não um método ou um material específico; aumentar ou reduzir a carga horária, enfim, tudo perpassa por decisões de cunho político-linguístico (NACIMENTO E SAVEDRA, 2015, p.562).

Sendo assim, é notório que as políticas linguísticas atravessam as práticas em sala de aula. Observa-se também, que as leis em vigor não foram projetadas levando em consideração as representações dos alunos, ou seja, elas se não estão bem alinhadas com a realidade e com a necessidade dos estudantes da escola regular.

Considerações finais

O presente artigo abordou um estudo em andamento que visa contribuir para a melhoria do ensino-aprendizagem de LI ao investigar as representações linguísticas de alunos do ensino médio de uma escola pública acerca do processo de ensino-aprendizagem de LI. Este trabalho abordou brevemente a importância da LI no mundo, seu ensino e dois aspectos principais referentes a ensino-aprendizado da LI: o de representação linguística e o de política linguística.

Espera-se que essa pesquisa possa contribuir com dados que permitam embasamento às práticas educacionais para o ensino de LE no espaço escolar, bem como o favorecimento de políticas linguísticas mais tangíveis a realidade desses alunos, pois acreditamos que as representações sejam um fator a ser considerado no planejamento de políticas de ensino de línguas estrangeiras.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental* (PCNs). Brasília, DF, 1998.

_____. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e tecnológica. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (LDB). Brasília, DF, 1999.

_____. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. OCEM/06. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério de Educação, 2006.

BRETON, J. M. Reflexões anglófilas sobre a geopolítica do inglês. In: LACOSTE, Y (Org.). *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CALVET, L. J. *Sociolinguística – uma introdução crítica*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. As representações linguísticas e o cambio. In: _____. *Por una ecoloxía das línguas do mundo*. Compostela: Laiovento, 2004. p. 149 – 250.

_____. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

COSTA, D., PEREIRA, T. Representação linguística: perspectivas práticas e teóricas. *Revista Gragoatá*. n.32, p.171-188, 1.sem. 2012.

CASTELLOTTI, V; MOORE, D. *Representations sociales des langues et enseignements*. Conseil de l'Europe: Strasbourg, 2002.

CRYSTAL, D. *A revolução da linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

DRUMON, Y. Inglês se aprende na escola? *Revista Educação*. Edição 191. Março – 2013.

JODELET, D. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

LEFFA, V. J. Aspectos políticos da formação do professor de línguas estrangeiras. In: LEFFA, V. J. (Org.). *O Professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão*. Pelotas: EDUCAT, 2001.

MOITA LOPES, L.P. da. *Oficina de linguística aplicada*. Campinas, SP. Mercado das Letras, 1996.

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais*. São Paulo: Vozes, 2005.

NASCIMENTO, K. C. D; SAVEDRA, M. M. G. O ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil: questões de ordem político-linguísticas. *Fórum Linguístico (Online)*, v. 12, p. 560, 2015.

PETITJEAN, C. (2009) *Représentations linguistiques et plurilinguisme*. Thèse de doctorat dès Université de Provence et de Neuchâtel, spécialité Sciences Du langage.http://doc.rero.ch/lm.php?url=1000,40,4,20100224121740CN/Th_Petitjean.pdf

RAJAGOPALAN, K. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil: por uma política prudente e propositiva. In: LACOSTE, Y (Org.). *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, Christine; et al. (Orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 19-42, 2013b.

RODRIGUES, Luiz Carlos Balga. Atitude, Imaginários, Representação e Identidade Linguística: Aspectos Conceituais. *Cadernos do CNLF*, vol. XVI, n. 04 – Anais do XVI CNLF. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2012.

Créditos da imagem

Internet world users by language. *Internet World Stats*. Jun 2016. Disponível em: [<http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>] Acesso em: 29 set. 2016.